

**ACTA**

Aos dezoito dias do mês de Março do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira e António José Salgado Almeida. -----

Não compareceu o Vereador André Coelho Lima, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Em Dezembro de 2008, o PSD votou contra o contrato de urbanização, celebrado entre o Município de Guimarães e as empresas Grande Solar SA, Buildingland, Lda, Normaster, Lda, Japmobili SA e Imosenatus SA que contemplava uma intervenção de requalificação do centro da freguesia de Silvares. Nesse acordo o Município comprometeu-se a adquirir terrenos pertencentes a particulares para a execução de algumas infraestruturas. Acontece que aquando da assinatura do contrato de urbanização, alguns terrenos estavam classificados como Reserva Agrícola Nacional pelo que foi precipitada a decisão do Município (só em Fevereiro de 2009 a RAN deu parecer

favorável a desafecção). O PSD acusou o Executivo Socialista de planear em função dos interesses dos promotores imobiliários. A posição adoptada pela Câmara Municipal neste processo levanta dúvidas e suspeitas. Desde o projecto inicial que contemplava um separador central na EN 206 até à entrada da superfície comercial e que depois deixou cair, permitindo um alargamento da via sem qualquer preocupação pela protecção e segurança dos peões; a não exigência do alargamento da ponte sobre o Rio Ave; a facilidade com que os promotores imobiliários iniciaram as obras sem terem cumprido as formalidades legais, nomeadamente a construção das infraestruturas do loteamento; a abertura de um espaço comercial (AKI) sem a emissão de licença de utilização emitida pelos competentes serviços municipais, tenho dúvidas se ainda hoje essa licença está emitida, face ao estado lamentável e à perigosidade dos acessos; as obras em curso na construção de outra superfície comercial com os mesmos defeitos da primeira, quando é a própria CMG que assume que estão a decorrer as obras de construção da via (variante de Silves), portanto ainda não estão executadas as infraestruturas. Após a aprovação pela maioria socialista da proposta para solicitar ao Governo a Declaração de Utilidade Pública com carácter de urgência para efeito de expropriação de terrenos para a Variante de Silves, começaram movimentos de terra na zona atrás da Igreja que violam os mais elementares princípios: direito de propriedade, violação de património, destruição de património, total desrespeito pelos cidadãos pela quantidade de pó e terra lançados para a via pública, ameaças a autarcas e queixas junto da GNR e Polícia Municipal. Até ontem pelas dezasseis horas os serviços de fiscalização não tomaram nenhuma atitude. Com tantas dúvidas, só há uma forma de as esclarecer que é o Sr. Presidente promover



um rigoroso inquérito ao processo de licenciamento das citadas superfícies comerciais e à ausência de fiscalização sobre a forma como estão a decorrer as obras. Sr. Presidente, na última reunião da Câmara, V. Exa. congratulou-se com a vitória silenciosa nas negociações com as Estradas de Portugal que permitiram um acordo com o Município para um conjunto de intervenções a serem pagas pelas Estradas de Portugal no montante de 1.350.000 €. Tinha outro ponto na agenda, pois segundo disse em Dezembro de 2009 quando o questionei sobre a absoluta necessidade de desnivelar a variante de Silvaes, atrás da Igreja no cruzamento com a estrada de acesso à EB1, foi-nos dito que essa proposta iria ser apresentada às Estradas de Portugal para aprovação. Está ou não garantido o desnivelamento?”

2 – Vereadora Luísa Oliveira

– Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “A dois dias da realização do evento “Limpar Portugal” queria deixar o nosso voto de louvor a todos quantos, de forma genuinamente altruísta, se têm dedicado a este projecto. O segundo voto de louvor é para um órgão de comunicação social local por ter dedicado, 10 dias antes, uma página inteira com informação sobre o mesmo. A educação ambiental, infelizmente, ainda está longe de produzir os efeitos esperados da sua implementação, sobretudo junto de alguns grupos específicos quer profissionais, quer em termos de faixas etárias. Quanto aos primeiros, julgamos que a Câmara Municipal bem como as Juntas de Freguesia têm um papel fundamental pela sua proximidade, conhecimento prévio de algumas situações e, maior capacidade de intervir preventivamente. Defendemos, naturalmente, uma abordagem pedagógica à qual se deve seguir uma acção punitiva, de modo a que não haja reincidência, em actos de falta de respeito pelas

normas em vigor, e, no mínimo ao desconhece-las, pelo espaço que todos partilhamos e não é de ninguém em particular, é de todos nós. Sugerimos que no contexto deste movimento cívico, identificados que estão alguns focos de lixo, e ainda, na sequência da acção do dia 20 de Março sejam monitorizados esses lugares para que os mesmos concidadãos, ou outros, não venham a perpetuar esses locais como lixeiras ilegais à espera de um dia L, provavelmente mais desgastante que o do ano anterior. Existe uma forte responsabilidade da Câmara Municipal nesta matéria, ainda mais agora que a cidade vai ser transformada em estaleiro, muitas podem ser as medidas que podem evitar este tipo de situações desde que haja coordenação entre os diferentes intervenientes. A polícia municipal pode e deve ter, nesta intervenção, um papel importante. Nesta cadeia, as Juntas de Freguesia, lamentavelmente nem todas aderiram a este movimento, são também actores fundamentais. Se, todos os que integraram as listas que se apresentaram a eleições, no ano passado, estivessem neste movimento cívico, muito provavelmente, deixaria aqui um terceiro voto de louvor por verificar que a política é mais do que um palco para exercícios de retórica, é o ambiente que gera a participação cívica, as verdadeiras lideranças e o desenvolvimento local. Esta crítica é extensível aos partidos políticos que continuam, fora do contexto que já referi, a serem incapazes de sensibilizar e mobilizar os portugueses para este tipo de acções. Principalmente para os mais novos, esta ineficácia pode vir a traduzir-se por um menor respeito pela classe política e um maior alheamento pelas suas obrigações enquanto cidadãos. Perderam uma grande oportunidade de dar o exemplo. Aos órgãos de comunicação social deixo aqui o apelo para que informando continuamente os



vimaranenses de que modo podem colaborar de forma organizada e eficaz e dando a este evento a cobertura que ele merece, contribuam para tornar o dia 20 de Março um grande dia para Guimarães e para Portugal”. **3 – Vereador António Salgado Almeida – a)** – Referiu uma série de propostas apresentadas pelo Deputado Agostinho Lopes do PCP sobre investimentos a enquadrar no PIDDAC 2010, lamentando que as tais propostas tenham sido reprovadas, com voto contra do PS e abstenção do PSD; **b)** – Mostrou-se preocupado com a falta de representatividade dos vimaranenses no elenco dos programadores anunciados para a Capital Europeia da Cultura, em 2012, lamentando que as pessoas com capacidades do concelho não tenham sido chamadas; **4 – Vereador Amadeu Portilha** – Disse que a Câmara Municipal estava activamente envolvida no projecto “Limpar Portugal”, tendo disponibilizado, para o efeito, inúmeros meios, designadamente 47 trabalhadores, 16 camiões e 3 retro escavadoras. **5 – Vereador César Machado** – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes informou que no dia em que os serviços receberam a participação da Junta de Freguesia, realizou-se uma reunião na Autarquia onde esteve representada a Junta de Freguesia e os promotores da obra, assumindo-se o compromisso de corrigir todas as questões que motivaram o protesto. Disse, ainda, que os responsáveis da obra garantiram a limpeza das vias para minimizar o impacto do pó resultante da movimentação das terras, numa acção que será fiscalizada pelos competentes serviços. **6 – Vereador Domingos Bragança** – Ainda sobre a execução das infra-estruturas em Silvares, concretamente na parte que respeita ao património e à obra, disse que do contrato celebrado resultam diversas obrigações, designadamente a expropriação (se fosse caso disso)

de terrenos. Sobre a obra, disse que o projecto estava a ser cumprido rigorosamente, estando a obra a ser executada por fases, de acordo com a disponibilidade dos terrenos. **7 - Presidente da Câmara** - Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** Também sobre a questão de Silvares, disse que lamentava um artigo publicado num jornal regional que distorcia todo o processo, recusando a acusação de que a Autarquia planeia em função da procura de quem quer investir no concelho. De seguida, explicou a génese dos investimentos, designadamente aqueles que estão a ser concretizados nas centralidades, como Silvares e Urgezes. **b)** - Disse que iria participar no evento "Limpar Portugal", lamentando que haja ainda tantas pessoas que não sejam sensíveis às questões ambientais; **c)** - Sobre os investimentos previstos em PIDDAC, disse que não estava preocupado com essas questões, visto que havia propostas que, embora não constando do PIDDAC, estavam já protocoladas com a Estradas de Portugal; **d)** - Sobre a intervenção do Vereador António Salgado Almeida disse que discordava dos comentários sobre a Capital Europeia da Cultura, passando a palavra à Vereadora Francisca Abreu. **8 - Vereadora Francisca Abreu** - Sobre a intervenção do Vereador António Salgado Almeida, lembrou que a Fundação Cidade de Guimarães desafiou a Federação de Folclore de Guimarães, o Círculo de Arte e Recreio e a Associação Convívio a assinarem um protocolo tendo em vista o desenvolvimento de um projecto, com a possibilidade de escolha de um programador. Acrescentou que há, ainda, a assinalar o envolvimento de instituições como a Sociedade Martins Sarmento, o Cineclube de Guimarães, o Paço dos Duques de Bragança e o Museu de Alberto Sampaio. De igual forma, disse que a Fundação Cidade de Guimarães vai desenvolver um protocolo com a



Cooperativa “A Oficina” na área da produção, lembrando que José Bastos e Marcos Barbosa fazem parte da equipa de programadores. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

TRÂNSITO – ESTACIONAMENTO DE RESIDENTES NAS RUAS DA LIBERDADE, CAMÕES, DR. BENTO CARDOSO E TRAVESSA DE CAMÕES NO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL – Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Decorrente do início das obras previstas na empreitada de requalificação urbanística “Arranjo urbanístico da Rua de Camões, Travessa de Camões, Rua Dr. Bento Cardoso e Rua da Liberdade”, os moradores têm sentido condicionamentos acrescidos na acessibilidade e estacionamento na envolvente. Apesar da empreitada prever o faseamento da obra, actualmente delimitada na Rua da Liberdade, entre a Rua do Mercado Municipal e a Rua Dr. Bento Cardoso, são expectáveis maiores dificuldades com o decurso da mesma. Assim, durante o período da empreitada, e apenas aos moradores da respectiva fase interdita ao trânsito, propomos a autorização de aparcamento, sem custos, no parque de estacionamento do mercado municipal. Os moradores deverão requerer junto dos serviços do Município a autorização, anexando cópia da carta de condução, certificado de matrícula e comprovativo do domicílio fiscal”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Deu conhecimento que estava em curso o processo de criação Balcão

Virtual de Atendimento (BVA), que se destina a prestar um serviço virtual de atendimento, com o objectivo de proporcionar aos cidadãos a obtenção de informação, sem necessidade de deslocação aos serviços municipais, designadamente através de um ponto de atendimento telefónico e on-line. Mais informou que este projecto está inserido numa das medidas aprovadas no âmbito do Programa SIMPLEX AUTÁRQUICO; **2** – Da acta da reunião realizada no passado dia 17 com as presenças do Vereador Dr. César Machado, do Director do Departamento de Fiscalização e Contencioso, Dr. Rui Vasco Fernandes, do Presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Prof. Mário Cabral, bem como do Eng.º João Matos, responsável pela empresa promotora das infra-estruturas na freguesia de Silvares; **3** – Leu, em voz alta, uma informação sobre o Relatório do Tribunal de Contas decorrente de auditoria realizada, que se transcreve: **“TRIBUNAL DE CONTAS – RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 03/10-2S – AUDITORIA ÀS TRANSFERÊNCIAS E APOIOS FINANCEIROS CONCEDIDOS PELOS MUNICÍPIOS A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E FAMÍLIAS NOS EXERCÍCIOS DE 2005 A 2007** – Nos termos da alínea q), do nº 2, do art. 68º, da Lei nº 169/99, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cumpro-me levar ao conhecimento da Câmara Municipal que foi recebido, no passado dia 12 de Março, o ofício do Tribunal de Contas ofício do Tribunal de Contas nº 3818 (Proc. nº 46/08-AUDIT. Referência ST/DAP-III – 2010), datado de 10/03/2010, remetendo, em suporte informático (CD ROM), o Relatório da Auditoria identificada em epígrafe. Este Relatório de Auditoria encontra-se igualmente disponível no sítio do Tribunal de Contas, em www.tcontas.pt. Analisado o Relatório de Auditoria, verifica-se que dele não constam quaisquer infracções financeiras



cometidas pelo Município de Guimarães susceptíveis de eventual responsabilidade financeira sancionatória ou reintegratória. Quanto aos demais aspectos objecto de análise, designadamente os constantes do capítulo versando sobre o "Sistema de concessão e controlo dos apoios", o Município de Guimarães continuará a pugnar pela adopção de medidas tendentes a conformar as nossas práticas com as ali preconizadas." **4** – De uma informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente relativa à limpeza e desobstrução de linhas de água em aglomerados urbanos; **5** – De uma informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente dando conhecimento que, no passado dia 3 de Março, foram concluídos os trabalhos de limpeza de vegetação herbácea e arbustiva dos taludes, bem como de remoção de terra das valetas no troço da Via Intermunicipal correspondente ao concelho de Guimarães, abrangendo as freguesias de Lordelo, Guardizela e Serzedelo; **6** – De uma informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, em regime de substituição, dando conhecimento da conclusão do projecto de execução da requalificação da Extensão do Largo Cónegos José Maria Gomes, sendo que o projecto em causa deverá ser remetido aos serviços do Departamento de Obras Municipais para os procedimentos tidos como necessários para a respectiva materialização em obra; **7** – Do e-mail do Governo Civil de Braga remetendo o Boletim Estatístico de Emprego/Desemprego do Distrito de Braga referente a Janeiro 2010; **8** – Deu conhecimento que foram retomadas as negociações tendo em vista a aquisição, pelo Município, do Teatro Jordão tendo em vista a instalação, naquele espaço cultural, da Academia de Música Valentim Moreira de Sá, a criação de espaços de ensaio para bandas de garagem, bem como o estabelecimento

de uma parceria com a Universidade do Minho para a criação de um curso de Artes Performativas Visuais no âmbito do CAMPURBIS; **9** – Deu conhecimento da instalação de sinalética horizontal na EN 105. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 12 de Março de 2010, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“AQUISIÇÃO DE ANTIGA UNIDADE FABRIL, PARA O “LABORATÓRIO DA PAISAGEM” – PROCº. 40/28/2009** - Na sequência dos contactos havidos com os proprietários do edifício destinado ao “Laboratório da Paisagem”, situado no Lugar da Ponte Velha, freguesia de Creixomil, veio a verificar-se que o imóvel que se julgava ser único, é constituído por três prédios distintos, mas interligados entre si. Este imóvel é propriedade de Domingos Jorge Salgado de Oliveira e outros. Considerando a localização deste equipamento, foi determinada pelo DPPU a necessidade da sua aquisição, tendo sido proferido despacho de concordância do Sr. Presidente da Câmara em 11 de Setembro de 2009, sendo que o conjunto edificado foi avaliado por perito da lista oficial, considerando aceitável o valor de €200.000,00 (duzentos mil euros), correspondente à análise da contraproposta apresentada pelos proprietários, tendo estes manifestado por escrito a aceitação deste valor. De acordo com os respectivos documentos prediais e matriciais, os prédios destinados ao “Laboratório da Paisagem”, têm a área total aproximada de 1.267m², encontrando-se descritos na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob os nºs 2149/Creixomil, 2150/Creixomil e 2151/Creixomil e inscritos na respectiva matriz urbana sob os artigos 512º, 514º e



686º. Assim, submete-se à consideração superior a aquisição dos identificados prédios aos proprietários Maria Matilde Salgado de Oliveira Lima, Maria Emília Salgado de Oliveira Rodrigues, Domingos Jorge Salgado de Oliveira, Emília da Conceição Salgado de Oliveira Santos, Maria Manuela Salgado de Oliveira Ribeiro, Rodrigo Paulo Salgado de Oliveira, Maria Judite Salgado de Oliveira Mascarenhas e Maria Ondina Salgado de Oliveira Sousa, pelo valor total de €200.000,00 (duzentos mil euros), sendo que no acto da escritura de compra e venda o Município pagará €100.000,00 (cem mil euros), e os restantes €100.000,00 (cem mil euros) serão ser pagos no prazo de três meses a contar da data de assinatura da mencionada escritura. Em caso de aceitação superior do acima exposto, deverá o assunto ser submetido a reunião de Câmara para conhecimento, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2010. DELIBERADO

APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

CÂMARA – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELOS DIREITOS E GARANTIAS DOS MEMBROS DA OPOSIÇÃO – ANO DE 2009 –

Presente, para votação, o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição respeitante ao ano de 2009, que se anexa, após o que, conforme dispõe o nº 2 do art. 10º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei nº 24/98, será enviado a todos os

partidos políticos representados na Assembleia Municipal, para que sobre ele se pronunciem. O referido relatório dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – INSTITUTO DE DESIGN – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte

informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais:

“**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Instituto de Design, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €3 023 348,96 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.3.0407. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro (CCP)) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €3 023 348,96 (três milhões vinte e três mil trezentos e quarenta e oito euros e noventa e seis cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director, em Regime de substituição, do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; b) Vogal: Elsa Maria Ferreira



Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. c) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Centro de Formação Avançada Pós-Graduada/Domus Civil, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €2.346.158,92 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.3.0404. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro (CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo

da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2.346.158,92 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director, em Regime de substituição, do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução. O Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NO ÂMBITO DA PLATAFORMA DAS ARTES, PARA A CONSTRUÇÃO DA CASA DOS ARTISTAS, FREGUESIA DE OLIVEIRA – PROC. Nº. 40/22/2009 – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Na sequência dos contactos havidos com os proprietários dos imóveis situados na Rua da Rainha, nº. 132/134



e 124/130, da mencionada freguesia de Oliveira, necessárias à Plataforma das Artes – Casa dos Artistas, veio a verificar-se a disponibilidade dos mesmos para negociar amigavelmente este prédio. Decorrente da avaliação efectuada a estes imóveis, elaborado por perito da lista oficial, é atribuído um valor de €650.000,00, tendo o respectivo proprietário manifestado por escrito a sua aceitação. Os referidos imóveis encontram-se descritos na competente Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob os nºs. 813/Oliveira e 937/Oliveira do Castelo e inscrito na respectiva matriz urbana sob os artigos 577º e 576º, respectivamente. Nestes termos, deverá ser superiormente decidido propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea a), n.º 6, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a aquisição dos imóveis acima identificados a Fernando Alberto Matos Ribeiro da Silva e outros, pelo preço total de €650.000,00, a pagar em 10 (dez) prestações mensais iguais e sucessivas de €65.000,00, cada, ao abrigo do disposto no artigo 11º do Código das Expropriações, sendo a primeira prestação paga durante o primeiro mês seguinte, após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, pagando-se as restantes prestações nos nove meses seguintes ao primeiro pagamento. À consideração superior”.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA A COBRANÇA DA TARIFA RELATIVA AO SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – Presente a seguinte proposta do Vereador

Amadeu Portilha: “Nos termos do *Regulamento Municipal de*

Resíduos Sólidos e Limpeza Pública, que estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos sólidos urbanos e a limpeza pública no Município de Guimarães, a Câmara Municipal pode, de acordo com o disposto no nº 6 do artigo 6º do seu Anexo II, celebrar acordos com as Juntas de Freguesia que queiram prestar o serviço de cobrança na sua área de jurisdição, ficando, neste caso, para a Junta de Freguesia o correspondente a 10% do valor das tarifas assim cobradas. Este serviço, que é do manifesto interesse da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, já que favorece os munícipes ao evitar a sua deslocação aos serviços municipais, insere-se na política municipal de descentralização de competências e tem sido testado com sucesso nos últimos anos, importando agora estabelecer regras mais concretas sobre o seu funcionamento, pelo que se coloca à consideração da Câmara Municipal a aprovação do Protocolo de delegação de competências em anexo”. A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO – Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, em regime de substituição: “Na sequência da deliberação desta Câmara Municipal, datada de 18 de Fevereiro de 2010, relativa ao procedimento referenciado em epígrafe, torna-se necessário determinar o prazo de conclusão do procedimento em causa, assim como o prazo da participação “preventiva” dos interessados, ou seja, o período durante o qual os interessados poderão formular sugestões e apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito daquele procedimento, nos termos do nº1 do art. 74º, por remissão do nº



1 do art. 96º, e ainda o nº 1 e 2 do art. 77º do R.J.I.G.T. Assim, propõe-se a determinação dos seguintes prazos: 1 - Prazo de conclusão do procedimento da alteração do PDM: 180 dias; 2 - Prazo da Participação "Preventiva": 15 dias. À consideração do Sr. Presidente". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE –
TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2010 –**

Presente um ofício da Associação de Municípios do Vale do Ave remetendo o mapa com a previsão dos custos com pessoal e de funcionamento para o ano de 2010, bem como as transferências a efectuar pelos Municípios, pelo que solicitam a transferência, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, da verba de €197 956,18 (cento e noventa e sete mil novecentos e cinquenta e seis euros e dezoito cêntimos) correspondente a custos de pessoal, bem como da verba de €98.291,81 (noventa e oito mil duzentos e noventa e um euros e oitenta e um cêntimos), correspondente a custos de funcionamento, no valor total de €296 247,99 (duzentos e noventa e seis mil duzentos e quarenta e sete euros e noventa e nove cêntimos). Junto se anexa o quadro dos custos de funcionamentos imputados. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.04. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CASFIG, EEM – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E
FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DE GUIMARÃES,
EEM – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE
2009** – Presente um ofício da Entidade Empresarial Municipal CASFIG, EEM, remetendo, para aprovação, o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2009, aprovado em reunião extraordinária

do respectivo Conselho de Administração realizada no passado dia 12 de Março. O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2009 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

FUNDO DE MANEIO – DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS E TURISMO/GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS –

Presente a seguinte informação do Gabinete de Relações Internacionais: “Em sua reunião realizada em 7 de Janeiro de 2010, a Câmara Municipal deliberou constituir um Fundo de Maneio, no valor de €250,00, destinado a ocorrer, com oportunidade, a despesas diversas, da responsabilidade da Divisão de Relações Públicas e Turismo/Gabinete de Relações Internacionais. Todavia, as referidas despesas correspondem, pela sua natureza, a uma rubrica de classificação económica diferente da que consta da deliberação acima mencionada, pelo que se submete à aprovação do executivo camarário uma alteração ao Fundo de Maneio em causa, que deverá ser constituído para fazer face a despesas com serviços diversos, com a correspondente classificação económica de 09-02.02.25”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 1/2009 – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao trabalhador Victor Manuel Marques, com a categoria profissional de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza). O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe a aplicação da pena disciplinar de demissão. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE DEMISSÃO.** -----

PESSOAL – RECRUTAMENTO DE 9 POSTOS DE TRABALHO DA

**CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL –**

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo:

“Atendendo às necessidades de recursos humanos manifestadas pela Divisão de Cultura e Desporto, resultante de aposentações e rescisões de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, o número de postos de trabalho ocupados na carreira e categoria de assistente operacional em três Agrupamentos de Escolas que integram o Contrato de Execução, é actualmente inferior ao ratio calculado conforme o estipulado na Portaria nº 1049-A/2008, de 16 de Setembro. Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; Existe verba orçamental disponível; Atendendo ao disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o nº 2 do art. 6º da Lei nº 12-A/2008 de 11 de Setembro, informo que a decisão da promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Nos termos do art. 40º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e para efeitos do referido recrutamento será utilizada a bolsa de reserva de recrutamento, resultante do procedimento concursal para 48 postos de trabalho para a carreira e categoria de assistente operacional, aberto por aviso publicado na 2ª série do Diário da República, nº 185, de 4 de Maio de 2009”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE CINCO DOCENTES DE INGLÊS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO

CURRICULAR NO 1º CICLO DE ENSINO BÁSICO – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Atendendo às necessidades de recursos humanos manifestadas pela Divisão de Cultura e Desporto, resultante de não terem sido preenchidos três horários de Inglês, postos a concurso através da plataforma da Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação e de terem surgido mais duas novas desistências de docentes desta área, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular, solicita-se autorização para proceder ao respectivo recrutamento, atendendo a que os postos de trabalho estão previstos e vagos no mapa de pessoal, bem como a respectiva previsão orçamental. Atendendo ao disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o nº 2 do art. 6º da Lei nº 12-A/2008 de 11 de Setembro, informo que a decisão da promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. O referido procedimento de recrutamento obedecerá obrigatoriamente ao estabelecido no Decreto-Lei nº 212/2009 de 3 de Setembro. Atendendo a que este diploma nada estabelece quanto à competência para autorizar o recrutamento, o presente pedido deve ser submetido a deliberação da Câmara Municipal, nos termos supra referidos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E PPROJECTOS URBANÍSTICOS – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação prestada pela Sr.ª Vereadora Alexandra Gesta relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento de postos de trabalho no DPPU (DGTL - 1 Técnico Superior (Arquitecto); Mapa 2012 - 3 Técnicos



Superiores (1 Engenheiro Civil e 2 Arquitectos), cumpre-me informar o seguinte: - Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009; - Após análise do presente pedido em consonância com os pedidos de outras unidades orgânicas, proponho apenas a abertura do procedimento concursal para preenchimento dos seguintes postos de trabalho: Mapa 2012 - **3 Técnicos Superiores** (1 Engenheiro Civil e 2 Arquitectos), como **necessidade temporária**: - Existe verba orçamental disponível; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – TRANSFERÊNCIA MENSAL DE VERBAS PARA A COOPERATIVA TEMPO LIVRE – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – DESPACHO 14 460/2008 DE 26 DE MAIO – ANO LECTIVO 2009/2010 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "No âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular destinado aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico foi aprovado, em reunião de Executivo, no passado dia 2 de Julho de 2009, um Acordo de Colaboração com a Cooperativa Tempo Livre, de forma a assegurar a leccionação da Actividade Física e Desportiva aos alunos dos 15 Agrupamentos de Escolas do concelho. Com base no artigo 2.º, daquele Acordo, compete ao

Município a transferência mensal de uma comparticipação financeira para pagamento de encargos decorrentes com a contratação dos Professores a termo resolutivo certo a tempo parcial. Nesse sentido, cumpre-nos informar que o valor da comparticipação financeira a transferir no período compreendido entre Janeiro e Junho de 2010 é de €313.164,00, repartido da seguinte forma: Janeiro – €44.806,39; Fevereiro – €44.806,39; Março €44.806,39; Abril – €44.806,39; Maio €44.806,39; Junho – €89.132,05. Mais informamos que de acordo com o ponto 2.1, do artigo 2.º, do Acordo de Colaboração, no final dos meses de Março e Junho serão efectuados os acertos financeiros relativos ao pagamento efectivo dos encargos mensais com a contratação de docentes, abatido dos valores atribuídos naquele período. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01 e na unidade económica 05.01.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta. -----

CULTURA – BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO – Presente, em anexo, a Acta da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação, tomada em reunião de 4 de Março de 2010, que decidiu emitir parecer favorável à continuação de atribuição de Bolsa de Investigação ao Projecto de Investigação de Santa Maria de Vila Nova de Infantas, de António Fernandes Gonçalves, depois de analisado o III Relatório apresentado. A referida acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA A CERTIFICAÇÃO DO BORDADO DE GUIMARÃES – Presente a



seguinte proposta: “A “Oficina” e a Adere – Minho, Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho, vão constituir uma Comissão de Acompanhamento para a Qualidade e Certificação do Bordado de Guimarães, na sequência de um projecto, já concretizado, do seu levantamento histórico e da elaboração de um Caderno de Especificações para este produto de ricas tradições vimaranenses. Para a formação dessa Comissão foi convidada a Câmara Municipal a indicar um representante. Considerando a experiência e o conhecimento que sempre revelou no processo anterior, proponho que a Câmara Municipal seja representada por Maria do Céu Oliveira Freitas, Professora”.

DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente

a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, o qual entrou em vigor no dia 13 de Janeiro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da

Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA PADRE AVELINO BARROS DA SILVA – FREGUESIA DE FERMENTÕES

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Fermentões, assinalada na planta anexa. A sua elaboração tem por objectivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária na Rua Padre Avelino Barros da Silva, entre a Rua Arqueólogo Mário Cardoso e a Rua Nossa Senhora da Conceição”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DA BOUÇA NOVA – FREGUESIA DE CORVITE

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Corvite, assinalada na planta anexa. A sua elaboração tem por objectivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária na Rua da Bouça Nova, freguesia de Corvite”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de



actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA

– Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Prazins Santa Eufémia aprovou a seguinte denominação toponímica: 029 – Avenida D. Manuel Monteiro de Castro – Arruamento sem saída, com início na Rua 24 de Junho. Assim, nos termos da alínea v), do n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da Freguesia de Prazins Santa Eufémia”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de Março de 2010, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas Santos Simões, o transporte, em autocarro, dos alunos do Centro Escolar de Infantas à Biblioteca Municipal Raúl Brandão, no passado dia 3 de Março.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – EB1/JI DE RENDUFE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Março de 2010, que disponibilizou, à EB1/JI de Rendufe, o transporte, em autocarro, dos alunos ao Centro Histórico de Guimarães, no passado dia 8 de Março.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – ESCOLA BÁSICA DE PULO - ALDÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de Março de 2010, que disponibilizou, à EB1 de Pulo, freguesia de Aldão, o transporte, em autocarro, dos alunos à Estação de Tratamento de resíduos Sólidos Urbanos, no passado dia 9 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ABEL SALAZAR – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 8 de Março de 2010, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar, o transporte, em autocarro, dos alunos ao Museu Alberto Sampaio, no passado dia 9 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – EB1/JI VALINHA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Março de 2010, que disponibilizou, à EB1/JI da Valinha, o transporte, em autocarro, dos alunos à Biblioteca Municipal Raúl Brandão, no passado dia 10 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Março de 2010, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques, o transporte, em autocarro, dos alunos a Santarém para participação numa actividade de relevante interesse pedagógico, no âmbito das actividades da disciplina de Matemática, nos passados dias 11 e 12 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS
PROFESSOR JOÃO DE MEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Agrupamento Vertical de Escolas Professor João de Meira solicitou a colaboração do Município através da cedência de dois autocarros, para efectuar o transporte dos alunos ao Museu Alberto Sampaio, no próximo dia 24 de Março. Assim, considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário os transportes solicitados".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LEITÕES – DOAÇÃO
DE MOBILIÁRIO –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Junta de Freguesia de Leitões vem solicitar a doação de mobiliário para equipar uma sala destinada a um Centro de Novas Oportunidades, a funcionar na sede da Junta. Atendendo a que existe, em armazém, uma secretária que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação à Freguesia de Leitões, da referida secretária, identificada na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), nº 6, artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Secretária de estrutura metálica, cor cinza e tampo em plasformin de cor cinza.	€75,00	€75,00
Total		€75,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**SUBSÍDIOS – CART – CENTRO DE ACTIVIDADES
RECREATIVAS TAIPENSE –**

Presente a seguinte proposta: "O

CART – Centro de Actividades Recreativas Taipense desenvolve as suas actividades nas modalidades de Hóquei em Patins e Voleibol no seu Pavilhão localizado na Vila das Caldas das Taipas. O crescimento das actividades de formação tornou insuficiente o actual espaço do Pavilhão, pelo que se propõem adaptar uma área localizada por baixo da bancada para treinos e aquecimentos entre dois ou mais jogos seguidos, o que sucede várias vezes nos escalões de formação. O orçamento da intervenção prevista foi verificado pelos serviços do Departamento de Obras Municipais que informou estar dentro dos preços praticados pelo mercado, e está estimado em €13 064,05, montante elevado para as possibilidades da colectividade, pelo que solicitaram apoio municipal. Considerando a importância que tem na Vila das Taipas a actividade de formação desportiva do CART e a real necessidade da ampliação dos espaços do seu Pavilhão para o seu crescimento, proponho que seja atribuído o subsídio de 9 000,00€ (nove mil euros), a pagar mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 31 e 32 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto



pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". -----

SUBSÍDIOS – UNAGUI – COOPERATIVA SOCIAL E CULTURAL DE GUIMARÃES, CRL – IX ENCONTRO DE UNIVERSIDADES

SENIORES – Presente a seguinte proposta: "No próximo dia 23 de Maio terá lugar em Guimarães no Pavilhão Multiusos o IX Encontro de Universidades Seniores de todo o País, organizado pela UNAGUI – Cooperativa Social e Cultural de Guimarães, CRL (Universidade do Autodidacta e da Terceira Idade). Para a realização deste Encontro solicitou a instituição organizadora à Câmara Municipal apoios financeiros, logísticos, e culturais. Considerando o importante trabalho cultural e de inserção social que a UNAGUI e as Universidades Seniores desenvolvem na nossa sociedade, o número de organizações participantes que se eleva a sessenta, e a divulgação e a visibilidade de Guimarães que se pretende obter com a sua realização, proponho que seja atribuído o subsídio de 5 000,00€ (cinco mil euros), a cedência de um palco de 8x8 metros que ficará instalado de 19 a 24 de Maio, e o apoio de dois técnicos de som nos dias 19 a 23, com a assunção dos respectivos encargos, e que seja solicitada a participação do Grupo Folclórico de S. Torcato para uma actuação no dia 23, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de

Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 31 e 32 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". -----

SUBSÍDIOS – SEMINÁRIO MISSIONÁRIO DO VERBO DIVINO – XX FESTIVAL DA CANÇÃO "GUIMARÃES A CANTAR" – Presente a seguinte proposta: "Tendo em vista a realização do festival mencionado em assunto, que terá lugar no Auditório da Universidade do Minho, nos próximos dias 13 e 14 de Março, vem o Seminário do Verbo Divino solicitar a cedência e operação do equipamento de som e luz instalado no Auditório, implicando a realização de trabalho extraordinário por parte dos



dois funcionários ali destacados. Tendo em vista os objectivos da iniciativa, que mobiliza todos os anos a participação de dezenas de jovens músicos do Concelho, bem como o facto de o mesmo ser de acesso livre para o público interessado, proponho, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a disponibilização do apoio supra-referido”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO – FESTA DAS CRUZES – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Serzedelo solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa das Cruzes. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €168,08 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Serzedelo, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas das Cruzes, num máximo de €84,04 (oitenta e quatro euros e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----